

**A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO OPRESSOR E LIBERTADOR NO CONTEXTO LUSÓFONO: O CASO DO BRASIL E DE MOÇAMBIQUE****THE LANGUAGE AS AN OPPRESSOR AND LIBERATOR INSTRUMENT IN THE LUSOPHONE CONTEXT: THE CASE OF BRAZIL AND MOZAMBIQUE**

Alexandre António Timbane<sup>1</sup>  
Meire Cristina Mendonça Rezende<sup>2</sup>

**RESUMO:** O português é a língua oficial no Brasil e em Moçambique. Nos dois espaços geográficos convivem cerca de 190 línguas, sendo 170 línguas indígenas no Brasil e 20 línguas do grupo bantu em Moçambique. A variação e a mudança provocam choques com relação à norma padrão. Até que ponto o português continua hoje um instrumento que liberta as nações lusófonas e até que ponto oprime essa mesma comunidade linguística? O português oprime porque diferencia as oportunidades dos cidadãos nos diferentes setores da vida; a norma-padrão segrega e dificulta no âmbito do ensino fundamental e médio; é através do português que nos comunicamos com o mundo e trocamos experiências culturais. A pesquisa objetiva discutir as complexidades da língua portuguesa no século XXI apontando suas vantagens e desvantagens para a comunidade lusófona. Utilizando o método bibliográfico e trazendo ao debate as ideias de Bagno (2003), Oliveira (2002), Cardoso (2010), Timbane (2014) entre outros se conclui que em Moçambique há um sentimento de pertença do português. O português é língua dos moçambicanos e o número de falantes de português como língua materna tende a crescer (10,7%). No Brasil, o português é ensinado como língua materna; há preconceito linguístico com relação às variedades e dialetos; é função da escola respeitar a identidade cultural, aceitá-la, valorizá-la, legitimá-la, problematizar variedades, investigá-las, questioná-las, a fim de que o aluno tenha conhecimento e que possa escolher a norma que é adequada à cada realidade da vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua; Lusofonia; Ensino; Português; Moçambique; Brasil.

**ABSTRACT:** Portuguese is the official language in Brazil and Mozambique. In both geographical areas live about 190 languages and 170 indigenous languages in Brazil and 20 languages of the Bantu group in Mozambique. The variation and change cause shocks with respect to the standard norm. To what extent the Portuguese continues today an instrument that liberates the lusophone nations and the extent to which oppresses the same linguistic community? The portuguese oppresses because it differentiates the opportunities of citizens in different walks of life; The default standard segregates and difficult in the elementary and secondary education; It is through the portuguese to communicate with the world and exchange experiences cultures. The research aims to discuss the complexities of the portuguese language in the XXIe century pointing its

<sup>1</sup> Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Brasil, Mestre em Linguística e Literatura (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique. É Licenciado e Bacharel em Ensino de Francês (2005) pela Universidade Pedagógica-Moçambique e professor titular na Universidade Academia de Ciências Policiais de Moçambique (ACIPOOL). Tem experiência em ensino de francês e português, pesquisa na área de Sociolinguística e Dialectologia com particular enfoque na Variação e mudança lexical do Português Moçambicano, contato linguístico e línguas bantu. É pesquisador em Linguística Forense aplicada às ciências policiais. Desenvolve estudos sobre ortografia na variedade do Português de Moçambique. É membro do Grupo de Estudos de Linguística Forense da Universidade Federal de Santa Catarina, é membro do Núcleo de Estudos da Sociolinguística da UNESP e membro do Grupo de Estudos da Fonética Acústica da UNESP. Professor e Pesquisador Visitante Estrangeiro na UFG, Regional Catalão. E-mail: alextimbana@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás. E-mail: meirecristinam@gmail.com

advantages and disadvantages for the Lusophone community. Using the bibliographic method and bringing to the debate the ideas of Bagno (2003), Oliveira (2002), Cardoso (2010), Timbane (2014) and others the research concludes that in Mozambique there is a sense of belonging to the portuguese. Portuguese is the language of Mozambicans and the number of portuguese speakers as mother tongue tends to grow (10.7%). In Brazil, the portuguese is taught as mother tongue; There are linguistic discrimination in relation to varieties and dialects; it is school function respect cultural identity, accept it, appreciate it, legitimize it, discuss varieties, investigate them, question them, so that the student has knowledge and you can choose the standard that is suitable for every fact of life.

**KEYWORDS:** Language; Lusophone; Teaching; Portuguese; Mozambique; Brazil.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Língua Portuguesa (LP) surgiu na Europa e se espalhou pelo mundo através da colonização que teve seu início no século XV. O português é a quarta língua mais falada do mundo depois de espanhol, do inglês e do mandarim. Hoje, a LP é falada em todo mundo, em especial em quatro continentes: América (Brasil), Europa (Portugal), Ásia (Timor Leste, Macau), África (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Os países lusófonos compartilham herança histórica e linguisticamente uma vez que oficializaram o português embora esta não seja língua da maioria em África e na Ásia. Para esta pesquisa concentraremos as nossas atenções para Moçambique e Brasil. O Brasil alcançou a sua independência contra o colonialismo em 1822 enquanto que Moçambique só se viu livre dos colonos em 1975 pós dez anos de luta armada.

O Brasil já possui uma produção científica considerada que descreve e espelha a sua variedade através de dicionários e gramáticas, tal como se pode constatar em Castilho (2010), Perini (2010), Bagno (2012), Borba (2004) entre outros, enquanto que Moçambique está dando o início à descrição e caracterização da variedade do português falado/escrito naquele país. Tanto em Moçambique quanto no Brasil, o português tem causado confortos e desconfortos no âmbito educacional, na economia, na política e na vida da comunidade linguística. Daí se levanta a seguinte questão de partida: A LP une diversos povos inseridos em diversas culturas? Ela foi língua do colonizador e instrumento de repressão. Nesta perspectiva questiona-se até que ponto o português continua hoje um instrumento que liberta as nações lusófonas e até que ponto oprime essa mesma comunidade linguística?

Avança-se às seguintes hipóteses: o português oprime porque diferencia as oportunidades dos cidadãos nos diferentes setores da vida; a norma-padrão segrega e dificulta no âmbito do ensino fundamental e médio; é através da LP que nos comunicamos com o mundo e trocamos experiências culturais. A pesquisa tem como objetivo geral: Discutir as complexidades da LP no século XXI

apontando suas vantagens e desvantagens para a comunidade lusófona. Como objetivos específicos, a pesquisa irá: descrever a situação linguística do Brasil e de Moçambique; indicar as principais dificuldades inerentes ao uso português padrão e não-padrão na vida das comunidades; explicar as vantagens e desvantagens do uso do padrão em diversos contextos da vida cotidiana; comparar os contextos do uso do português no Brasil e em Moçambique.

As línguas do grupo bantu faladas em Moçambique (e não só) são línguas completas como qualquer outras línguas naturais, com estrutura gramatical, sintática, morfológica, fonético-fonológica e lexical própria e por essa razão não merecem o preconceito com relação à política linguística. As línguas indígenas faladas no território brasileiro são línguas com estruturas gramaticais completas que podem desempenhar funções completas tal como acontece com o português.

Com relação ao português é importante referir que todas as línguas vivas não são estáticas, imutáveis nem paradas no tempo. Elas mudam segundo variáveis sociais e linguísticas. Não existe uma língua pura que seja genuinamente homogênea. O mesmo se pode dizer da cultura que sempre se liga à língua. O espaço lusófono é um espaço riquíssimo sob ponto de vista linguístico, pois coabitam crioulos de base portuguesa em três países nomeadamente Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mas não é dos crioulos que vamos dissertar. A nossa atenção estará virada na análise da LP discutindo se ela oprime ou liberta na comunidade linguística.

O português do Brasil varia e tem influência direta das línguas indígenas, línguas que são muito pouco valorizadas pela política linguística. Qual é o significado das seguintes palavras: *jaburu*, *tuiuiu*, *tuinguaçu*, *tuiú-quarteleiro*, *tuiupara*, *rei-dos-tuinins*, *tuiim-de-papo-vermelho*, *cauauá* e *jabiru*? Certamente que os brasileiros identificam algumas. Os moçambicanos não conhecem nem uma delas provavelmente. Essas palavras são diferentes nomes para designar uma única ave com as seguintes características: patas altas, pescoço nu e preto, na parte inferior um papo numa e vermelho, com plumagem branca com 1,4m. É uma ave que ocorre no Brasil, no México, no Uruguai e em outros países sul e centro-americanos. O nome “jaburu” provem do tupi que significa “pescoço inchado”. Cada região tem a sua forma de designar a esta ave. O que ilustra este exemplo? Mostra que a língua é cultura e ela só faz sentido quando inserida no contexto social.

A estrutura do trabalho está dividida em quatro seções. Na primeira discutiu-se a LP observando o seu comportamento na lusofonia, pois não se fala da mesma forma na lusofonia. Na segunda seção discutiu-se questões inerentes à norma-padrão e não padrão que provocam debates acirrados nas escolas, pois a língua de casa é diferente da língua da escola. Mostrou-se como esta questão se comporta no ensino e na vida cotidiana da comunidade linguística. Na terceira seção

apresentou-se a metodologia e análises teóricas do assunto em debate. Demonstrou-se como o português pode oprimir e como pode compartilhar na libertação linguística dos falantes. O artigo termina a dissertação apresentando as considerações finais e as referências bibliográficas.

## 1 A LÍNGUA PORTUGUESA: A LÍNGUA DE TODOS NA LUSOFONIA

A LP pertence a todos lusófonos embora não seja falada por todos cidadãos, pois pela sua oficialidade é aprendida na escola. É com ela que a burocracia se realiza incluindo os contatos com o mundo exterior. Iniciamos o debate citando Oliveira (2002, p.83) quando argumenta que “a concepção que se tem do país é a de que aqui [no Brasil] se fala uma única língua, a língua portuguesa. Ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são, nessa concepção, sinônimos”. Essa concepção está enraizada no seio dos brasileiros e em muitos cidadãos da lusofonia e do mundo. Se perguntarmos a qualquer estrangeiro desavisado sobre a língua falada por brasileiro certamente a resposta será: “a língua brasileira é o português”. Essa ideia não constitui verdade, pois, no Brasil estima-se que são faladas cerca de 200 línguas além do português (CARDOSO, 2010). Destas línguas cerca de 190 são línguas indígenas (do grupo tupi-guarani) e as demais vieram com imigrantes europeus ao longo dos séculos XIX e XX, segundo Cardoso (2010).

Sabendo que a língua está intimamente ligada à cultura é preciso referir que a LP interage com as 190 línguas indígenas, com as línguas europeias e com as línguas dos países que fazem fronteira com o Brasil, como é o caso do espanhol. Hoje, se fala com frequência da existência do portunhol que é, na verdade, resultado do contato entre o português e o espanhol. Esse fenômeno é mais frequente nas áreas fronteiriças com o Brasil que ao norte faz fronteira com Suriname, Guiana, Venezuela e Guiana Francesa; ao noroeste faz fronteira com a Colômbia; a oeste faz fronteira com Peru e Bolívia; a sudoeste faz fronteira com Paraguai e Argentina e finalmente; ao sul com Uruguai. Nessas áreas fronteiriças há mistura e contato linguísticos, pois, as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras políticas.

A soma de todas as misturas e dos contatos linguísticos (dentro do Brasil e nas zonas fronteiriças) aqui citadas forma o português brasileiro. Não se pode esquecer a contribuição das línguas africanas na formação do português brasileiro. As pesquisas de Alkmim e Petter (2008), Alencastro (2009) Lucchesi (2009), Lucchesi e Baxter (2009) revelam essa interferência, sobretudo em nível lexical. Muitas pesquisas sobre o português falado ou escrito no território brasileiro mostram claramente que se trata de uma variedade sólida e cientificamente comprovada através de gramáticas e dicionários já disponíveis. Pode-se citar exemplos pesquisas de Castilho (2010), de Perini (2013), de Borba (2004), de Houaiss (2009). A criação da ideia de que o Brasil é monolíngue

e que só se fala português foi criada pela política e pelo planejamento linguístico implantado pelo sistema colonial e pelos brasileiros quando alcançaram a independência. Essa política linguística se materializou na Constituição da República Federativa do Brasil (Art. nº13, cap. III, Título II).

Essa mesma impressão não teve lugar em Moçambique onde também se verifica uma situação de multilinguismo considerável, mas não em proporções numéricas tal como acontece no Brasil. No caso de Moçambique, o país possui vinte línguas do grupo Bantu (LB) padronizadas (NGUNGA; FAQUIR, 2012) que estão distribuídas de forma desigual ao longo do território. As línguas maternas mais faladas em Moçambique são: “o emakhuwa (26,3%), o xichangana (11,4%), português (10,8%), o cisená (7,8%), o lomwé (7,2%), o cinyanja (5,8%), o echuwabu (4,8%), o cindau (4,5%), o citswa (4,4%), cinyungwe (2,9%), ciyaawo (2,2%), cicopi (1,9%)” (TIMBANE, 2015). A LP é falada por 50,3% da população como língua segunda e 10,7% da população como língua materna, segundo os dados do Recenseamento Geral da População (2007). Está clara a ideia de que Moçambique não é monolíngue porque coabitam no mesmo espaço geográfico as línguas do grupo bantu e o português.

Tanto em Moçambique quanto no Brasil existem aspectos em comuns importantes: o português é língua oficial segundo as Constituições dos dois países e, existe uma situação de multilinguismo que se caracteriza por uma diversidade linguística vasta; não houve crioulos durante o período colonial. É importante referir que no Brasil, muitas línguas indígenas (do grupo tupi-guarani) estão em vias de extinção enquanto que os moçambicanos são resistentes, quer dizer, ainda preservam as suas línguas mesmo com a pressão da política e do planejamento linguístico e dos constantes deslocamentos devido às guerras, calamidades naturais e outros males que não permitem a permanência das pessoas num determinado lugar geográfico.

Qualquer língua indígena brasileira ou qualquer língua bantu moçambicana poderia ser língua oficial se a política e o planejamento linguístico assim o entendessem porque não existe uma língua incompleta, pobre ou incapaz. Tudo depende do *status* político que os cidadãos pretendem atribuir. Um exemplo a seguir verificou-se no Estado de Amazonas, na cidade de São Gabriel da Cachoeira onde se optou em cooficializar as línguas baniwa, tukano e nheengatu todas indígenas. Essas línguas são usadas em situações de comunicação formal ou informal, atitude que prestigia a língua e os seus falantes bem como a autoestima elevada dos seus falantes evitando assim o risco de desaparecimento.

Todas as línguas podem servir de instrumento de comunicação, podem responder inteiramente às necessidades comunicativas da comunidade que as usam e são línguas normais tal como outras e são capazes de transmitir a ciência em todos aspectos, tal como rezam os “universais

linguísticos”. As características de línguas naturais, segundo Lyons (1987) são: a) flexibilidade e adaptabilidade; b) arbitrariedade; c) dupla articulação; d) produtividade; d) heterogeneidade. Então, as línguas bantu são línguas completas com uma estrutura própria e possuem todas as características de línguas naturais apresentadas com pormenor por Lyons (1987).

No contexto lusófono observa-se que existem variedades linguísticas que resultam dos contextos linguísticos, sociais, econômicos e políticos específicos fazendo com que hajam “várias línguas portuguesas” no espaço lusófono. A partir de muitos questionamentos e teorias sobre as relações entre língua falada e língua escrita, destaca-se a liberdade que os falantes de países lusófonos têm ao usar língua materna, que em algumas vezes é a LP. Afirmar que a LP é, de fato, usada por todos os falantes, implica considerar não só os fenômenos da variação linguística, mas também os valores socioculturais e identitários de um povo.

Não é oportuno levantar debates aprofundados sobre distinção entre a fala e a escrita no espaço lusófono. Mas é sabido que estamos longe de alcançar uma sintonia que aproxime a fala da escrita. Mas a escrita tende a uniformizar-se devido aos Acordos Ortográficos que vêm sendo assinados e acordados ao longo dos anos. Enquanto a escrita é regida por regras gramaticais intransponíveis e rotuladas de “certo” ou “errado”, a fala é mais flexível e rebelde, pois não “obedece” às regras impostas pela gramática ensinada pela escola. Ora, se há uma distância significativa entre fala (heterogênea) e escrita (homogênea e normatizada pela língua padrão), entre os usuários da LP, há que se considerar também que nem todos os falantes de uma variedade usam as mesmas variantes.

Desta forma, pode-se questionar a funcionalidade do ensino da LP, uma vez que é preconizado pela sua homogeneidade, todavia não considera a representação social da língua, que por considerar várias circunstâncias na sua realização, é heterogênea, variável e tolerável. Em que medida pode-se considerar que existe um padrão absoluto de correção gramatical na escrita, se na realização da fala inexistente a exigência da mesma correção? Se há uma normativa gramatical que regulamenta a escrita, esse conjunto de normas deveria considerar o senso de adequação e não de correção unicamente.

É atribuída ao ensino do português a responsabilidade de fornecer aos alunos o acesso às variedades cultas, mas sem desrespeitar as práticas socioculturais da fala. Do contrário, não teria necessidade dos processos históricos de construção e de transformação da língua a serem estudados e divulgados. Contudo, ao fixar a norma-padrão no ensino escolar, houve imposição e uniformização do ensino da LP. Sendo assim, essa prática torna-se instrumento de segregação, preconceito e exclusão sociocultural (TIMBANE, 2014; BAGNO, 2012).

A partir destas considerações, muitos estudiosos, sobretudo de Bortoni-Ricardo e Oliveira (2013), Matos-Silva (2004), Perini (2010) e outros defendem a renovação no ensino da norma-padrão por forma a que ela reflita efetivamente a norma culta brasileira. É preciso considerar que, num país como o Brasil, ainda que a diversidade linguística seja de uma riqueza e grandeza imensuráveis, a unidade linguística é garantida pelos meios de comunicação e pela expansão da escolaridade. Desta forma, o nivelamento da norma culta e popular é passível de se tornar realidade. Contudo, ainda estamos longe de um ensino democrático da LP, vez que o preconceito linguístico permeia alunos e educadores, como se o respeito e adequação às variantes linguísticas existentes, fossem inferiorizar uma região em detrimento de outra. Urge, portanto, que os “falares” da LP sejam democratizados para que, de fato, seja a língua de todos os seus usuários/falantes.

## 2 A QUESTÃO DA NORMA-PADRÃO E NÃO-PADRÃO

A norma-padrão é aquela que foi organizada e estruturada pela elite pertencente ao grupo linguístico e que é protocolada pelos políticos em forma de lei, como o que se verifica na Constituição da República de cada país e nos planos curriculares fornecidos pelos setores que respondem pela educação formal. Essa norma serve para o entendimento entre “todos” os membros da comunidade linguística. A palavra “todos” está entre aspas duplas porque sabemos que nos países lusófonos predomina o multilinguismo exceto em Portugal. A norma-padrão é sustentada e alimentada pela gramática e pelo dicionário que servem de modelo para o funcionamento linguístico e lexical.

A gramática constitui o modelo para a estrutura organizacional da língua e o dicionário é a compilação exaustiva de palavras de uma língua. Não existe, até aqui, um modelo fonético da língua, isto é, um modelo da pronúncia das palavras embora havendo um preconceito segundo qual a fala mais correta é a Lisboeta, o que não constitui verdade sob ponto de vista científico. É importante referir que o dicionário não é exaustivo, pois ficam de fora um conjunto de palavras pouco usadas ou até mais frequentes na língua, mas que não aparecem no corpus usado na elaboração do dicionário.

A língua padrão não é língua materna de ninguém por isso que precisa ser estudada, aprendido na educação formal. Trabalhos como “O português são dois... novas fronteiras velhos problemas” de Mattos e Silva (2004), “Nós chegemos na escola, e agora?” de Bortoni-Ricardo (2006), “Não é errado falar assim!” de Bagno (2010) discutem com propriedade a variação linguística e as questões de língua padrão no português brasileiro. A questão norma-padrão e não-padrão tem criado debates acalorados no meio acadêmico e também na sociedade. A escola

brasileira, segundo Mattos e Silva (2004, p.137) “persegue, no geral, a tradição normativo-prescritiva cujo modelo é um português padrão idealizado, fundado originalmente no português europeu”. É neste âmbito que há divergências e conflitos entre professores de LP e a realidade linguística local e social. Muitos professores falam a norma não-padrão na sala, mas exigem o padrão logo a seguir quando pedem aos alunos para redigir uma redação. E aí, os alunos também se comportam linguisticamente da mesma forma. Esse comportamento linguístico ocorre de forma proposital, mas sim pela necessidade comunicativa que os une sempre com a cultura. É difícil se policiar com a norma padrão a todo momento até porque o padrão não é língua materna de ninguém.

Retomando Coseriu é importante mostrar que a “língua pertence ao indivíduo e, ao mesmo tempo, à sua comunidade, e no próprio indivíduo se apresenta como **alteridade**, como algo que pertence também a outros” (COSERIU, 1979, p.32, grifos do autor). Foi Coseriu quem trouxe para os estudos da linguagem o conceito de norma, como elemento intermediário entre sistema e fala. Entendamos por norma como o uso coletivo da língua e representa as obrigações linguísticas impostas numa dada comunidade sociolinguístico-cultural. É na verdade uma repetição de modelos linguísticos da comunidade linguística em que o indivíduo está envolvido. Essa “norma” pode ser padrão ou não padrão.

Para sermos mais claros, explicaremos os conceitos de norma e padrão. A norma tem um sentido mais jurídico, é uma lei, ditame, regra compulsória imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam reger, regular e regulamentar o uso da língua. O padrão “é um modelo artificial, arbitrário, construído segundo critérios de bom gosto vinculados a uma determinada classe social, a um determinado período histórico e num determinado lugar” (BAGNO, 2003, p.65).

Norma-padrão é o conjunto de regras do uso da língua determinadas por um grupo de especialistas que obriga a todos os falantes a conhecer e a usar em situações formais de comunicação. Esta norma está ligada à escola, ao uso formal e não deve estar em contradição com o sistema (*langue*). A gramática é o instrumento base para a observação dessas normas exigidas. Esta norma não corresponde exatamente àquela que é usada na pela comunidade.

## 2.1 A LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO

Moçambique adotou o ensino do português como língua segunda devido ao predomínio de línguas do grupo bantu pela maioria da população enquanto que no Brasil, o ensino do português é tido como língua materna. Nos dois contextos a metodologia não pode ser a mesma e

os contextos econômicos não são os mesmos. Segundo Timbane (2015, p.93) “o grande problema encarado pelos professores no ensino formal é o português, que é a segunda ou terceira língua da maioria das crianças, principalmente nas zonas suburbanas e rurais”. Os alunos chegam à escola sem ter nenhuma noção de português principalmente nas zonas rurais onde reside a maior parte da população.

A falta de sintonia entre a língua falada em casa e a língua falada na escola tem trazido muitos problemas na aprendizagem da norma-padrão portuguesa. A língua falada na comunidade se distancia daquela que é exigida pela escola, fato que leva as pessoas a classificar o português da escola como língua difícil complicada embora as pessoas a usam no seu dia a dia. A sociolinguística, segundo Bortoni-Ricardo e Oliveira (2013, p.48)

rejeita e sempre rejeitou a ideia de erros no repertório dos falantes nativos de uma língua. Tudo aquilo que na sociedade é visto como erro na fala das pessoas, na visão da sociolinguística é tido como uma inadequação, ou seja, um evento ou ato de fala que não atende às expectativas do ouvinte em função dos papéis sociais de um e outro. O que a sociedade chama de erro é, então, um desencontro entre a produção do falante e a expectativa dos ouvintes, em função do contexto social onde a interação se processa.

A escola deve respeitar as variedades do português, mas sem deixar de mostrar o que a norma padrão exige. “Ao ensinar diferentes modos de falar, é preciso que a escola esteja bem consciente e bem preparada para mostrar que a esses modos diferentes de falar associam-se valores sociossimbólicos distintos” (BORTONI-RICARDO e OLIVEIRA, 2013, p.52). Se essa informação chegar bem claro no aluno jamais poderá haver confusão, muito menos o preconceito linguístico. Sendo assim, “a intervenção do professor, quando da produção oral de seus alunos, será sempre para ajudá-los a encontrar outra variante mais adequada ao evento de fala” (BORTONI-RICARDO; OLIVEIRA, 2013, p. 56).

A atuação do ensino na escola atual não trata de ensinar a língua materna, que o aluno já sabe ao entrar na escola; nem se pode, aliás, perder tempo ensinar a língua a alguém que sabe. As crianças quando entram na escola já sabem falar português, só que não conhecem a norma-padrão exigida pela escola, pois a norma-padrão, não é língua materna de ninguém (BAGNO, 2003, 2010). O que cabe é ir aumentando a capacidade comunicativa dos alunos, trabalhar com a língua, melhorando sempre mais e tornando mais produtivo o manejo desse meio de comunicação. Bortoni-Ricardo e Oliveira (2013) quando o professor conhece as características da fala dos seus alunos pode planejar seu trabalho pedagógico com objetivo de ampliar e trazer à tona as variedades dando uma competência comunicativa tendo em conta os diferentes espaços comunicativos.

Há um sentimento no seio da educação moçambicana de que a variedade mais correta é a europeia. O preconceito com relação ao português de Moçambique ainda é grande, porque as línguas bantu faladas em Moçambique e em Angola eram chamadas preconceituosamente [desde período colonial] por pretuguês, língua do cão, landim, dialeto, língua dos pretos, etc. (TIMBANE, 2014).

## 2.2 A LÍNGUA PORTUGUESA NA VIDA COTIDIANA

O português no Brasil atingiu *status* mais sólido porque já é reconhecido como variedade isolada. O Google tem português brasileiro e de Portugal. Existem dicionários brasileiros e portugueses. Existem gramáticas publicadas do português do Brasil e de Portugal. É a partir destas constatações que afirmamos que a variedade brasileira já atingiu *status* mais sólido. A existência de instrumentos do tipo dicionário, gramática e uma vasta literatura que descreve a variedade brasileira é um marco importante para uma afirmação mais clara de uma variedade. Veja-se que em Moçambique ainda se utiliza dicionários de Portugal. Aí se pergunta: até que ponto esse dicionário europeu responde às necessidades de alunos moçambicanos? Os consulentes moçambicanos ficam desmotivados ao consultar um dicionário do português europeu, pois muitas palavras da sua variedade não são encontradas.

Se a língua serve para comunicar então o português do Brasil consegue satisfazer essa necessidade básica. Portanto, “a variação linguística não é uma deficiência da língua, é um recurso posto à disposição dos falantes” (BORTONI-RICARDO; OLIVEIRA, 2013, p.52) e deve ou pode ser utilizada para a realidade linguística.

O dialeto caipira, por exemplo, pode receber todo tipo de preconceito diante da norma padrão, mas diante da sua comunidade linguística no Brasil é um privilégio e orgulho. Aqui se inclui o aspecto identidade cultural. As apresentadoras de televisão Sabrina Sato da Televisão Record, Milene Regina Uehara (apelidada Milene Pavorô) da Televisão SBT são exemplos dentre várias personalidades que trazem sem preconceito as suas identidades linguísticas no espaço público. As novelas do canal televisivo Globo: “Êta mundo bom!”, “Caboca”, “Alma gêmea”, “Chocolate com pimenta”, “O cravo e a rosa”, “Paraíso” apresentam personagens que quebram o preconceito linguístico diante da sociedade brasileira, pois a fala desses atores reproduz a fala caipira vivamente. A música sertaneja, por exemplo do Luiz Gonzaga, “Asa branca”, do Chitãozinho e Xororó, “Fio de cabelo”, do Tião Carreiro e Pardinho, “A coisa tá feia”, do Tônico e Tinoco, “pé de ipê” e muitos outros cantores e/ou artistas revelam o sentimento de pertença caipira e falam sem vergonha o seu dialeto em todos os ambientes e lugares públicos. Mesmo os locutores de rádio,

como por exemplo, Rádio “Clube do Caipirã-SP”, Rádio “Café Viola-MG”, Rádio “FM Caipira” entre outras divulgam sem preconceito as representações culturais e mediáticas e colocam em relevo o valor do dialeto e da cultura caipira.

Contrariamente ao comportamento linguístico brasileiro, em Moçambique não há dialetos. Existe apenas o português de Moçambique que vem se afirmando nas últimas décadas e relatado em pesquisas que descrevem a variedade usada pelos moçambicanos. Essas constatações são observadas em trabalhos de Gonçalves (1996), Vilela (2003), Timbane (2014), Ngunga (2012) entre outros. Os moçambicanos não se identificam com o português brasileiro, apesar da circulação massiva de novelas brasileiras e de canais por assinatura terem invadido o espaço urbano. Os moçambicanos se identificam com o português europeu e reconhecem da variedade europeia como o modelo mais correto da língua. Por causa dessa tendência o país não tem ainda dicionário nem gramática da sua variedade até porque a política linguística bloqueia qualquer intenção de produção de materiais que particularizam a variedade moçambicana.

Em 2002 foi publicado um “Minidicionário de Moçambicanismos” escrito por Hildizina Dias e “*Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano*” da autoria de Lopes; Siteo e Nhamuende (2002). Estudos e pesquisas estão sendo desenvolvidos em Moçambique e no estrangeiro de forma que num futuro breve se possa publicar alguma obra que ilustre exhaustivamente o léxico moçambicano. Com relação às novelas brasileiras que passam em quase todos os canais televisivos moçambicanos asseguramos que os moçambicanos não fazem diferença do falar caipira, falar paulista, falar gaúcho entre outros. Em conversa informal com algumas telespectadoras assíduas de novelas declararam compreender tudo o que se fala na novela exceto algumas palavras. As imagens e o contexto visual substituem o dicionário para revelar o sentido de algumas palavras. Os moçambicanos não precisam de legenda para compreender novelas, reportagens, notícias e outros discursos feitos por brasileiros e portugueses, fato que não é recíproco no contexto brasileiro.

O Brasil está muito avançado em matéria de pesquisa científica. Já foi registrado um conjunto amplo do léxico em dicionários bem como de gramáticas. Como exemplo, citamos Castilho (2010), Perini (2013), Borba (2004), Houaiss (2009), Bagno (2012) na primeira seção deste artigo. Artigos, teses, dissertações e livros já foram defendidos ou publicados no Brasil e no estrangeiro para trazer à tona as especificidades do Português Brasileiro. Entendemos que o Brasil tem uma autoestima e garra com relação às pesquisas da sua variedade se compararmos com Moçambique. Não é pelo fato de Moçambique ter alcançado sua independência em 1975 que deve se considerar inferior e incapaz de tomar decisões com relação à sua variedade. Essa falta de

vontade política e acadêmica reflete na baixa qualidade de ensino e nas dificuldades de aprendizagem da língua oficial.

Norma culta, segundo Bagno (2003, p.50) “é uma língua ideal, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado de preferência), um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade linguística por parte dos falantes de carne e osso)”. Essa privilegiada norma cria oposições do tipo certo vs errado, bonito vs feio, elegante vs grosseiro, civilizado vs selvagem, culto vs ignorante. Para Bagno, tudo “o que não está nas gramáticas não é norma culta: é **erro crasso**, é **língua do índio**, **português estropiado**, ou simplesmente, **não é português**” (BAGNO, 2003, p.50, grifos do autor). Essa mentalidade está enraizada preconceituosamente no seio dos falantes de tal forma a que os próprios falantes sentem que não sabem português ou mesmo sentem que é difícil falar português. Pois bem, a norma culta não é língua materna de ninguém. Ninguém passa todo tempo falando a “tal norma culta” senão em situações bem precisas da comunicação.

### 3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa é uma pesquisa bibliográfica. Uma pesquisa bibliográfica é aquela em que tenta discutir problemas ou inquietações existentes e conhecidos buscando trazer debates novos ou novos caminhos por forma a chegar à conclusões inovadoras ou pelo menos novas perspectivas. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2003, p.183) objetiva “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. A pesquisa bibliográfica segundo Gil (2008, p. 51) “se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”.

Analisando o Português do Brasil nota-se que a variedade conservou e integrou o léxico e muitos traços das línguas do grupo tupi-guarani, principalmente na atribuição de topônimos, isto é, os nomes de lugares (Taubaté, Curitiba, Paraná, Paraíba, Araraquara, Ubatuba), nomes de plantas (jaboticaba, timbó, taquara, tucum), e animais (parati, piranha, pirarucu, urubu) das línguas indígenas. As influências se estendem aos nomes de terrenos e paisagens (catinga, igapó, igarapé), termos de cozinha (tapioca, pirão, tucupi, manipueira), pseudossufixos e elementos composicionais (os sufixos **-açu**, **-mirim**, **-raná**) entre outras marcas linguísticas (DIETRICH e NOLL, 2010; RODRIGUES, 2010). Essas marcas das línguas indígenas sustentam a ideia de que o português do Brasil não pode ser igual ao português europeu porque as realidades socioculturais são totalmente diferentes. Um aspecto importante a referir é que a maior parte das palavras sofreram adaptações

gráficas e fônicas, mas que jamais perdem a sua identidade de origem. São esses traços que nos fazem chegar à etimologia das palavras.

Em contrapartida, as marcas linguísticas das línguas do grupo bantu em Moçambique são pouco expressivas embora existentes. Os nomes de lugares, por exemplo foram atribuídos na sua maioria aos nomes de líderes tradicionais (Matsolo, Kamubukwane, Nwamba, Zavale, Ngungunhane) e políticos (Eduardo Mondlane, Samora Machel, Josina Machel, Nelson Mandela) ou outras personalidades artísticas de renome.

No Brasil os nomes de muitos frutos provem de línguas de tupi-guarani (ex. abacaxi, maracujá, mandioca) enquanto em Moçambique a maior parte dos nomes provem do português europeu exceto alguns casos em que não exista um nome correspondente em português de Portugal. Por exemplo: massala (nome científico: *strychnos spinosa lam*), cacana (nome científico: *momordica balsamina*), canhú (nome científico: *sclerocarya birrea*). Nestes casos os nomes de línguas africanas se integram no português adaptando as regras da língua. É interessante observar que no Brasil, as palavras vindas das línguas indígenas não são consideradas estrangeirismos, mas em Moçambique ainda conservam essa carta neológica, quer dizer, já fazem parte do português e estão totalmente integradas incluindo nos dicionários. Jamais alguém aceitará dizer que abacaxi, açaí, ipê são nomes estrangeiros. Mas no caso de Moçambique, as frutas *mapswinxá*, *massala*, *tindziva* são nomes estrangeiros ao português, portanto estrangeirismos necessários pelo fato de não existir um nome equivalente em português europeu.

O português do Brasil segue estilo próprio enriquecendo a língua emprestando e adaptando léxico das diversas línguas existentes no território e outras que estão em contato direto ou indireto. O inglês, por exemplo, sendo uma língua de prestígio internacional tem contribuído com léxico: **escanear, pendrive, shopping, radar, aids** entre outras. A sua integração é tão forte e profunda de tal forma que já perdeu a “carga estrangeira” do significado. O português de Moçambique é mais seletivo, pois se equilibra ao português europeu e procura “agradar” às normas do português europeu. Por isso a integração de palavras estrangeiras é muito tímida. Por isso que a integração das palavras inglesas no português de Moçambique fica assim: *scanear* e “não *escanear*” no Português Brasileiro.

Muitos brasileiros principalmente nas zonas urbanas não se identificam com nenhuma língua do grupo tupi-guarani. A adaptação gráfica das palavras das línguas indígenas para português é inevitável devido ao sistema. A escrita procura ser mais exigente porque segue normas do sistema linguístico. A língua escrita é muito sólida e não deixa espaço de manobra linguística, pois segue regras dos Acordos ortográficos que os membros da comunidade linguística estipulam. O

português de Moçambique é falado por cerca de 10,7% da população como língua materna enquanto o português do Brasil é falado por mais de 98%. Muitos brasileiros (principalmente) os que possuem o nível de alfabetização não superior ao nível fundamental tem proferido as seguintes conclusões: “Eu não sei falar português” ou “Falar português é difícil”. Sendo o português sua língua materna porque falam que não sabem falar?

O português brasileiro resulta da contribuição de diversas línguas do grupo tupi-guarani, de línguas africanas e muitas outras europeias que eram utilizadas por povos imigrantes instalados no território brasileiro no período colonial e pós-colonial. O português de Moçambique não teve origem pelas misturas de línguas. No Brasil a situação linguística é aparentemente homogênea enquanto que em Moçambique a situação é visivelmente heterogênea. Por quê? Falantes das línguas bantu ficam confinadas nas zonas rurais e pouco interveem na formação desta variedade em construção. Enquanto no Brasil a variedade linguística se formou, em Moçambique não houve tentativa de implementação do modelo europeu da fala. Apenas aprendizagem da norma-padrão trazida pelos colonizadores portugueses é que era implementada no seu sistema educacional colonial.

Muitos se esquecem do tupi na formação do português brasileiro. Os trabalhos de Dietrich e Noll (2010), Cardoso (2010) e Freire (2010) mostram claramente que o português do Brasil se formou num processo histórico envolvendo culturas e línguas distintas para a formação a sua variedade. Por outro lado, o português de Moçambique não teve esse impacto forte, quer dizer, o português ficou estagnado nas cidades, falado pelas elites e aprendido apenas pelos pouquíssimos moçambicanos que ousavam se alfabetizar.

### 3.1 A OPRESSÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

Nossos alunos chegam à escola com suas identidades, logo com sua identidade linguística, que nada mais é do que o resultado das variedades às quais eles foram expostos até então. Aquela variedade que o identifica como pertencente a uma determinada região, a uma determinada classe social, a um determinado grupo, a um determinado grupo profissional é proibida e negada pela escola obrigando que os alunos dominem o padrão. É função da escola respeitar esta identidade, aceitá-la, valorizá-la e legitimá-la através da conscientização dos alunos em sala de aula. É função da escola problematizar essas variedades, investigá-las, questioná-las, a fim de que o aluno tenha conhecimento e que possa ser livre para escolher que identidade linguística quer assumir nas mais variadas situações de sua vida social.

No Brasil, o emprego do termo dialeto, é alvo de estudos científicos, sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural fato que oprime os cidadãos falantes de dialetos. Segundo Bagno (2011) o emprego do termo dialeto significa uma forma errada, feia, ruim, pobre ou atrasada de se falar uma língua. Para o mesmo autor o dialeto corresponderia a maneira de distinguir as línguas dos povos civilizados, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos selvagens. No espaço brasileiro existe preconceito com relação ao dialeto, pois não faz parte da norma padrão exigida pela política linguística. Tudo o que não faz parte da escola estaria desprezada e sem valor tal como Bagno (2011) refere. Está-se oprimindo cidadãos que passam toda vida falando uma língua que não é língua sob ponto de vista da norma padrão. Muitas crianças quando entram na escola perguntariam: porque devemos aprender LP? É chocante e opressor dizer que a língua que você fala, que você usa todos os dias, que serve de comunicação só tem valor lá na sua comunidade porque aqui na escola, aqui na empresa usa-se a norma-padrão.

O português oprime quando um simples cidadão analfabeto é privado dos seus direitos devido ao fraco domínio da norma padrão. Por exemplo, para ser deputado é obrigatório que seja alfabetizado e que domine as quatro competências: expressão oral, comunicação oral, expressão escrita e comunicação escrita. A LP deixa de ser instrumento de comunicação quando se trata de um dialeto, por exemplo. Passa a ser opressor porque provoca descontentamento dos cidadãos. Quem não sabe português não consegue fazer requerimento, não consegue preencher formulários, não consegue passar nos concursos públicos, não consegue fazer pedido, reclamações nem sem defender na justiça em português.

No contexto moçambicano, o português foi instrumento de opressão no período colonial porque quem não soubesse falar e escrever era considerado cidadão selvagem, não civilizado e sem valor na sociedade. No período pós-colonial, o português continuou oprimindo os moçambicanos porque foi escolhida como o único idioma oficial mesmo sabendo que é falada pela minoria. Esta atitude reduziu o valor das línguas do grupo bantu para situações de comunicações informais, quer dizer, o português oprimiu as restantes línguas dominantes pelos moçambicanos. No século XXI o português ainda oprime continua sendo a segunda língua dos moçambicanos de prestígio.

Não é justo que as crianças reprovem duas três vezes na mesma classe (série) só porque ainda não dominam português. A criança já sabe dizer, raiz, caule, folhas, flores e frutos, por exemplo, na sua língua materna africana. Até sabe a importância da planta, conhece as regras da preservação, conhece a cura de algumas doenças através de raízes, folhas e caules, conhece a época da reprodução da planta, conhece os tipos de folhas na sua língua africana. Não é justo chamá-lo de “burro” nem “incapaz” trazendo ao de cima uma punição que se caracteriza por reprovações.

Esta punição é resultado do fato do português ser única língua oficial. O mais difícil não é o professor ensinar a norma-padrão, mas é o aluno (e o próprio professor) usar tal norma. Assiste-se muitas vezes às aulas em que o professor tem plena consciência dos erros e está a dizer aos alunos para não usarem um elemento linguístico, mas no seu próprio discurso ele está a cometer tal erro.

### 3.2 A LIBERTAÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE

O português é também libertador uma vez que em situações de multilinguismo aparece como língua de união entre as diferentes étnicas ou grupos populacionais falantes de várias línguas. Primeiro falaremos de libertação política e em seguida a libertação econômica, libertação social e finalmente libertação cultural. As outras formas de libertação serão citadas ao longo da explanação. Falando da libertação política há que referir que sem o português seria mais complexo lutar e alcançar a independência de Moçambique, pois cidadãos falavam línguas diferentes. Como iriam dialogar e trocar ideias? A independência de Moçambique deveu-se de certa forma pela união linguística dos guerrilheiros desde a fundação do exército moçambicano que lutou contra o sistema colonial. Hoje, o português é a língua oficial, segundo a política linguística. A Constituição da República de Moçambique reforçou essa ideia e o português é língua da conquista do voto principalmente nas zonas urbanas e suburbanas.

Hoje Moçambique estabelece relações diplomáticas com vários países lusófonos em português. A comunidade lusófona em África, na Ásia, na Europa e na América do Sul cresceu nos últimos anos o que significa que o número de falantes cresceu consideravelmente. Parcerias econômicas são firmadas com objetivo de trazer o desenvolvimento para Moçambique. Essas vantagens aumentam o nível de vida das pessoas e estende parcerias culturais com outros povos.

Em Moçambique há um sentimento de pertença do português. O português é língua dos moçambicanos. Já não pertence aos portugueses porque ela responde às necessidades comunicativas dos moçambicanos. O número de falantes de português como língua materna tende a crescer (10,7%). Esse dado mostra a pertença do patrimônio linguístico da língua. As palavras **machimbombo** (ônibus), **txopela** (mototaxi), **damo** (menino que acompanha os nubentes numa cerimônia matrimonial) **casório** (local onde realiza o casamento) **sograrria** (casa dos sogros), **mexemexe** (conjuntivite), **altamente** (bom, correto), **giro** (recarga de telefone celular), **take-away** (lanchonete) pertencem ao contexto de Moçambique e refletem realidades culturais e identitárias dos moçambicanos. O número de falantes de português tende a aumentar em Moçambique devido à escolaridade obrigatória e ao deslocamento da população do campo para a cidade causado pela

guerra. O Brasil trilha caminho diferente com o de Moçambique. Primeiro, o ensino do português é língua materna, mesmo sabendo que existem populações indígenas espalhadas pelo extenso país que têm uma língua indígena brasileira como língua materna. Segundo, o preconceito linguístico com relação às variedades e dialetos está sendo combatido através da discussão do tema “variedades linguísticas do português” em sala de aula; terceira: a existência de dicionários e gramáticas que refletem a realidade sociolinguística da variedade; quarto: a maior parte dos professores do ensino fundamental se formaram em universidades; quinto: a existência de materiais do tipo: livros, biblioteca, sala de vídeo, ginásio, carteiras e outras infraestruturas básicas para o ensino.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os brasileirismos e os moçambicanismos revelam claramente a presença de características específicas do português no Brasil e em Moçambique respectivamente. Este estudo comparativo resulta da experiência dos pesquisadores como professores de ensino médio e fundamental no Brasil e em Moçambique.

Na sala de aula, os moçambicanismos se manifestam de diversas formas tanto na fala quanto na escrita dos alunos embora sendo “bloqueados”, ou melhor, corrigidos pelos métodos da escola moçambicana através do conceito de “erro” que pune, que sanciona e faz com que os alunos repitam de classe (ou série) várias vezes. A escola finge ter professores especializados no português europeu e ao fim do ano colhe fracos resultados e baixa qualidade por causa dessa falsa crença de que a melhor variedade do português é a europeia. Essa atitude incentiva a intolerância linguística no contexto moçambicano. Em muitas partes da zona rural o aluno só fala em português na sala, com o professor e colegas. Fora da sala e junto à família língua predominante é uma língua do grupo bantu.

Comparando o contexto Moçambique e Brasil pode-se perceber que o Brasil recebeu para além do colonizador (Portugal), outros estrangeiros incluindo africanos ocupando o mesmo e que isso permitiu a formação de uma variedade linguística - o português brasileiro. A influência religiosa católica no Brasil foi mais forte do que em Moçambique onde predominam religiões africanas, um pouco de catolicismo e islã. Em Moçambique, o domínio do português foi menos forte do que as línguas nativas africanas, característica que foi contrária ao contexto brasileiro. No Brasil havia todas as condições para a implantação de um pidgin ou de crioulo, mas o destino tomou outros rumos provocados pelos seguintes fatores: a) a proporção entre a população africana, indígena e portuguesa proporcionou acesso à língua-alvo (língua geral e mais tarde português); b) ausência da vida social e familiar entre populações de escravos provocada pelas condições sub-humanas de sua

exploração; c) o uso de línguas francas africanas como língua de interação entre escravos segregados ou foragidos; d) incentivos à proficiência em português; e) maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras e ; f) miscigenação racial (LUCCHESI, 2009; LUCCHESI e BAXTER, 2009).

Ao longo deste debate vimos que a LP une diversos povos inseridos em diversas culturas. As variedades não podem ser homogêneas porque os contextos socioculturais também são diferentes. O português foi a língua do colonizador e instrumento de repressão. Hoje o português é língua de união dos povos, das culturas e de relações econômicas e políticas. Vimos até que ponto a língua oprime e até que ponto a língua liberta. O português oprime porque diferencia as oportunidades dos cidadãos nos diferentes setores da vida. A norma-padrão segrega e dificulta o trabalho dos professores tanto no ensino fundamental quanto no médio. É através da LP que nos comunicamos com o mundo e trocamos experiências culturais. O espaço lusófono é um espaço cultural, de identidade e de riqueza linguística.

Respondendo às perguntas de partida pode-se afirmar que a LP une diversos povos inseridos em diversas culturas, isto porque existe uma única língua portuguesa, aquela que é a pátria de todos, quer dizer, aquela que permite a intercompreensão entre os lusófonos. Mas também é verdade que há variedades de português na lusofonia motivadas pelas diferenças culturais. As palavras **ucany**i (bebida tradicional feita a base da fruta canyú), **pombe** ou **malcoado** (bebida tradicional feita a base de farelo de milho ou de mapira). Essas são realidades próprias do contexto Moçambicano que não podem ser encontradas no Brasil, por exemplo. Por isso que afirmamos que língua é ao mesmo tempo cultura. A língua não serve apenas como um dos instrumentos de comunicação, mas também serve para divulgar a cultura.

Chega-se à conclusão de que o português oprime porque diferencia as oportunidades dos cidadãos nos diferentes setores da vida. Tanto no Brasil quanto em Moçambique não aprova em concursos públicos e provados quem tiver fraco domínio do português. Observa-se nas escolas o crescimento do preconceito linguístico com relação aos dialetos e variantes. Em Moçambique, nenhum manual escolar discute questões inerentes à variação e mudança linguísticas. É um caso grave, pois cada dia que passa as evidências são notórias da diferença entre o português europeu e o português moçambicano. No Brasil, a temática “variação e mudança” está presente na maioria dos manuais escolares, mas os professores não aprofundam de forma mais adequada. A norma-padrão segrega e dificulta no âmbito do ensino fundamental e médio. É preciso mostrar ao aluno que o falante de dialeto caipira por exemplo, não fala errado, mas sim fala de forma diferente.

Nesta pesquisa discutiu-se as complexidades da LP no século XXI apontando suas vantagens e desvantagens para a comunidade lusófona e em especial em Moçambique e no Brasil. Descreveu-se a situação linguística do Brasil e de Moçambique indicando as principais dificuldades inerentes ao uso português padrão e não-padrão na vida das comunidades letradas e não letradas. Qualquer cidadão que domina a norma-padrão estará em vantagem comparativamente àquele que não domina, porque a língua oficial é a mais privilegiada em todos países lusófonos.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIM, T.; PETTER, M. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. In: FIORIN, J.L.; PETTER, M. (Org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p.145-178.
- ALENCASTRO, L. F. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Org.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2009.p.-15-26.
- BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Parábola, 2010.
- \_\_\_\_\_. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipótese. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguístico*. São Paulo: Parábola, 2011. p. 355-388.
- \_\_\_\_\_. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BORBA, F. S. (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2006.
- \_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, T. de. Corrigir ou não variantes não padrão na fala do aluno. In: BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R. (Org.). *Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito*. São Paulo: Parábola, 2013. p.45-80.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988. Disponível em:[http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.pdf). Acesso em: 01 jun 2016.
- CARDOSO, V. F. A língua guarani e o português no Brasil. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p.155-166.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

DIAS, H. *Minidicionário de moçambicanismos*. Livraria Universitária-UEM: Maputo, 2002.

DIETRICH, W; NOLL, V. O papel do tupi na formação do português brasileiro. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p.81-104.

FREIRE, J. R. B. As relações históricas entre o português e o nheengatu nos universos urbanos e rural da Amazônia. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 183-210.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1985].

GONÇALVES, P. *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Ed.UEM,1996.

LOPES, A. J.; SITO, S. J.; NHAMUENDE, P. J. *Moçambicanismos: para um léxico de usos do português moçambicano*. Livraria Universitária-UEM: Maputo, 2002.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.41-74.

\_\_\_\_\_; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A. RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p.101-124.

LYONS, J. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. Marilda W. Averbug, Clarice S. de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1987.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª Ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 2003 [1985].

MATTOS E SILVA, R. V. *O português são dois...novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola, 2004.

MOÇAMBIQUE. *Recenseamento geral da população e habitação*. Maputo: INE, 2007.

NGUNGA, A. Interferência de línguas bantu moçambicanas em português falado em Moçambique. *Revista Científica da UEM*. V.2, n.1, p.7-20, 2012.

NGUNGA, A.; FAQUIR, O. G. *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Col. As nossas línguas. Maputo: CEA, 2012.

OLIVEIRA, G. M. de. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. de M. (Org.). *O direito à fala: a questão do preconceito linguístico*. 2ª Ed. Florianópolis: Insular, 2002. p.83-92.

PERINI, M.A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Org.). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p.27-47.

TIMBANE, A. A. A complexidade do ensino em contexto multilíngue em Moçambique: políticas, problemas e soluções. *Calidoscópico*. v. 13, n. 1, p. 92-103, jan/abr 2015.

\_\_\_\_\_. Que português se fala em Moçambique? Uma análise sociolinguística da variedade em uso. *Vocabulo: Revista de letras e linguagens midiáticas*. v.7, n.1, s.p. 2014.

VILELA, M. Português de Moçambique ou as metáforas à solta. In: *Revista VERBA*, v. 30, n.1, p.7-22, 2003.

**Data de Recebimento: 18/10/2016 | Data de Aprovação: 11/12/2016**